



## Disputas pela hegemonia no Brasil contemporâneo: entre emoções, disposições e cultura

Clayton Rodrigues da Silva\*

### Abstracts

In discussing the struggle for hegemony in contemporary Brazil, the Author reflects on social participation, on the cracks that culminated in the days of June 2013, on the importance of passions, emotions and religion in political and cultural life.

**Keywords:** dispute for hegemony, social participation, passions and morality, conservatism, religion

En el discurso de la lucha por la hegemonía en el Brasil contemporáneo, el Autor reflexiona sobre la participación social y las rupturas que culminaron en las jornadas de junio de 2013 y sobre la importancia de las pasiones, de las emociones y de la religión en la vida política y cultural.

**Palabras clave:** disputa por la hegemonía, participación social, pasiones y moralidad, conservadorismo, religión

Nel discutere della lotta per l'egemonia nel Brasile contemporaneo, l'Autore riflette sulla partecipazione sociale, sulle rotture che culminarono nelle giornate del giugno 2013, sull'importanza delle passioni, delle emozioni e della religione nella vita politica e culturale.

**Parole chiave:** lotta per l'egemonia, partecipazione sociale, passioni e moralità, conservatorismo, religione

### Introdução

A disputa pela hegemonia no Brasil é tema em evidente ebulição, já que grupos autodeclarados de “extrema direita” chegaram à presidência da república nas eleições de 2018, suplantando tanto a ala “liberal” e “neoliberal” representada principalmente pelo Partido da social democracia do Brasil (Psdb) e seus aliados; quanto a ala “social-liberal”, de “centro-esquerda” ou progressista, encabeçada pelo Partido dos trabalhadores (Pt) e aliados. Além disso, também houve um aumento significativo de setores conservadores de direita no congresso nacional.

Outro elemento que merece destaque nas eleições de 2018 é a predominância de discursos de ódio e a difusão de ideias conservadoras e reacionárias em amplos setores da sociedade civil. Alguns dos grupos que emergiram na esfera da política institucional sequer eram considerados como atores políticos capazes de exercerem alguma influência marcante, a exemplo dos protestantes pentecostais e neopentecostais representados no Congresso nacional pela bancada evangélica.

Desconfio que a aparente surpresa dos últimos acontecimentos decorre da negligência, na sociologia, em debater a relação entre a religião, a cultura e a política, por

---

\* Universidade federal de Pernambuco, Recife (Brasil); e-mail: claytonrodriguescrs@gmail.com.



exemplo. Um tratamento acurado do assunto permite a superação de visões estereotipadas e estáticas de certos grupos e articulações políticas. Estas visões acabam generalizando, por exemplo, a tendência conservadora ou até mesmo “fundamentalista” a todos, ou à maioria dos evangélicos.

Cristalizações da dinâmica da sociedade são o inverso do que a sociologia se propõe a fazer. Assim, o intuito deste ensaio não é o de enquadrar o debate nesse ou naquele marco teórico, mas o de apresentar alternativas para se introduzir as discussões sociológicas do tema. Avritzer (2016) permite entender a ascensão dos grupos de direita e “extrema direita” na cena política nacional a partir de rupturas no quadro da participação política e a ebulição dessas rupturas a partir dos protestos de junho de 2013.

Assim, os primeiros “sintomas” da desconfiguração hegemônica no Brasil remetem às manifestações de rua que ficaram conhecidas como as *jornadas de junho de 2013*. Ali se deu o pontapé inicial de um movimento que cresceu e foi capitaneado por grupos conservadores. Para abordar esse processo podemos recorrer também à Burity (2008), para superar estereótipos e o *mainstream* “secularista” que não considera a relação entre religião, cultura e política, ou que afasta para longe da esfera pública as paixões e afetações emocionais, como discute Chantal Mouffe (2006).

Além disso, como já destacado por Rocha (2019), o atual governo não resolve a crise de hegemonia, ele a reflete e depende dela para sobreviver. Vale ressaltar que as melhorias de renda observadas nas classes populares nos governos do Pt não ocorreram na mesma proporção entre as classes médias, de modo que a sensação de proximidade entre estas e aqueles «contra os quais a posição social» (Rocha 2019: 140) é definida, fez emergir expressões racistas e reacionárias e uma sensação de descontentamento.

Destaque-se que boa parte do programa dos governos do Pt, principalmente nas duas gestões do presidente Lula, em especial as políticas de redução da desigualdade social, só foram possíveis graças a um cenário econômico internacional de alta demanda por *commodities*, principalmente pela China. Com a crise, essa demanda diminuiu significativamente e pôs em xeque a política de “conciliação de classes” ou do “ganha-ganha”, em especial para as elites tradicionais, indispostas a diminuir sua margem de lucro em função de políticas sociais.

Considere-se também que em 2002 Lula manteve os compromissos com o setor financeiro e com as diretrizes do mercado internacional para o Brasil, dando continuidade aos eixos econômicos centrais decorrentes dos governos anteriores. Sinal disso é que boa parte das políticas de distribuição de renda se relacionam à expansão do crédito, logo do endividamento das famílias, e do poder de consumo por parte das classes populares no Brasil.

Mesmo políticas como as de habitação, que facilitaram o financiamento de imóveis, se deu sob uma dinâmica de forte especulação imobiliária nos centros urbanos, incentivos fiscais ao setor da construção civil e projetos de infraestrutura urbana com pouca ou nenhuma participação política efetiva de outros setores da sociedade civil para além do empresariado. Assim, questões como a mobilidade urbana, por exemplo, tornaram-se cada vez mais sensíveis à sociedade civil, que apesar de ver o acesso a automóveis facilitado via crédito, não viu reflexo disso numa melhora das condições de mobilidade.



## 1. O gigante acordou

Em *Impasses para a democracia no Brasil* Leonardo Avritzer (2016) aborda questões como a participação social e certas rupturas no âmbito da política nacional a partir das manifestações de junho de 2013. Ele discorre sobre a participação social numa perspectiva histórica, destacando os limites e a segmentação dela, colocando a constituição federal de 1988 como marco de um novo modelo de participação social; o papel fundamental do Partido dos trabalhadores e; a dimensão nacional dessa participação que foi reforçada a partir de 2003 com a chegada daquele partido à presidência da república.

Os limites que o Autor apresenta têm um caráter externo e outro interno. O externo tem a ver com um «conjunto de setores que ou não foram completamente incluídos na participação ou passaram a ter agendas paralelas aos processos de participação» (Avritzer, 2016: 50-51). Além disso, houve predomínio de participação em políticas sociais, ao passo que nas políticas de infra-estrutura, viu-se uma ausência quase que integral. Tais elementos caracterizam a segmentação da participação social.

É importante atentar que a maior parte dos esquemas de corrupção projetados amplamente na mídia nos últimos oito anos, envolveram grandes empresas do setor de infraestrutura, bem como os escândalos decorrentes de desastres ambientais a exemplo do rompimento das barragens de Mariana e Brumadinho em Minas Gerais, e demais ocorrências como o progressivo afundamento do bairro do Pinheiro em Maceió (Alagoas), em decorrência da extração mineral no local por empresas de infraestrutura.

A participação social tipificada por Avritzer consiste na composição de conselhos por representantes da sociedade civil. No entanto, destaca-se que não há precisão quanto à efetivação das deliberações destes conselhos nas medidas tomadas pelo governo, no que o Autor entende haver limitações técnicas e legais de efetivar algumas decisões. Também recebe destaque o governo Dilma Rousseff, quando a segmentação se acentua, principalmente no setor de infraestrutura. Cita-se o caso das decisões tomadas sobre a região amazônica, na construção de hidrelétricas em Belo Monte, momento em que setores agrários passam a fazer parte da base do governo em detrimento dos interesses de grupos indígenas.

O contexto da acentuação de tal segmentação é o mesmo no qual disparam as manifestações de rua de junho de 2013, inserido num processo onde o Pt perde a sinergia com os grupos de participação social, emergindo movimentos de esquerda que não pertencem ao campo petista, notando-se a pluralização ou desinterdição à participação social mais diversificada em termos de agenda política. Outro aspecto desse processo foi a ida às ruas de grupos conservadores, que trouxeram outras pautas de mobilização.

Além desta última redefinição, destaque-se a crise do presidencialismo de coalizão, principalmente «da vertente que se opõe publicamente à corrupção, um tema clássico da classe média brasileira» (Avritzer, 2016: 63). Assim, a ruptura do campo político da participação social que acontece entre 2011 e 2013, decorrente da acumulação de conflitos entre movimentos sociais e governo federal; bem como a aprovação da



legislação para Copa do mundo constituem o ponto de partida das manifestações de junho de 2013 no Brasil (*Ibidem*).

Estas manifestações se caracterizaram pela ocupação de espaços públicos e o uso intensivo das redes sociais para organização de atos, características compartilhadas com manifestações ocorridas noutras partes do mundo, como o Ocupe *Wall Street*, nos Eua e a chamada Primavera árabe no Norte da África e no Oriente médio. Particularmente no Brasil se rompe também o bloqueio midiático imposto pela Rede globo em situações similares ocorridas anteriormente, como na campanha Diretas já e Caras pintadas pelo *impeachment* de Collor.

Destaque-se também o contraste no perfil dos que participavam dos conselhos nacionais, em sua maioria mulheres com até oito anos de escolarização e renda de até quatro salários mínimos; ao passo que o perfil central dos manifestantes em junho de 2013 era de classe média, estudante ou com nível superior completo e jovens. O movimento apresentou variações regionais, mas paulatinamente foi assumindo novas configurações, desde um pólo mais progressista até a tomada de cena pelo pólo conservador.

Aos poucos os temas principais foram se deslocando para colocar o governo de Dilma Rousseff no centro dos questionamentos. Daí até 2015 as agendas conservadoras se acentuaram e tematizaram principalmente a questão da corrupção como um problema do governo, em especial de setores ligados ao Pt, sem mencionar ou discutir a corrupção que atinge amplos setores e esferas do sistema político e também do mercado. Dilma Rousseff sofreu *impeachment* e, nos anos que se seguiram, os grupos conservadores cresceram, mobilizaram-se e criaram diversas articulações.

Parece razoável dizer que o sistema político e os serviços públicos passaram a ser alvo de forte desconfiança e descontentamento, associados à corrupção e à incompetência e encarnados na figura do Pt. O sentimento antipetista, então, atrela ao Pt as insatisfações da vida cotidiana e o descontentamento.

O Partido dos trabalhadores passa a ser entendido como representante das agendas de esquerda e o sentimento antissistema se identifica ao antipetismo. Ora, o sentimento de frustração também pode ser entendido como derivado da discrepância entre a expectativa sobre o modo de vida possível e a possibilidade real de viver esse modo de vida; por exemplo os discursos sobre a nova classe média, do aumento do salário mínimo e da qualificação educacional para a empregabilidade.

Além do já citado tema da mobilidade urbana e da habitação, podem-se citar os problemas fundamentais não resolvidos como o do saneamento básico (claramente referente ao setor de infraestrutura, cuja participação social foi a mais segmentada na visão de Avritzer). Também a própria classificação dessa “nova classe média” com base no aumento do acesso a bens de consumo pode ser questionada.

Luce (2013) discute que a classificação dos estratos sociais de acordo com o qual mais de 35% da população teria alcançado a faixa de renda intermediária considera como pertencente a esse segmento «todo indivíduo que vive com renda *per capita* familiar entre R\$ 291,00 e R\$ 1.019,00, o que significa uma renda familiar média entre R\$ 1.200,00 e R\$ 5.174,00» (Luce, 2013: 170). A classificação segue uma escala que



vai de A a E e considera como variável fundamental o acesso a bens de consumo duráveis.

Caberia questionar, dentre outras coisas, a enorme disparidade que há nesta faixa intermediária, pois entre a renda de R\$ 1.200 e a de R\$ 5.174 há uma distância de 430%. Também o fato de que estão incluídos na categoria intermediária famílias que não alcançam sequer o salário mínimo necessário calculado pelo Departamento intersindical de estatísticas e estudos socioeconômicos (Dieese). Para 2014, por exemplo, ano de reeleição da presidenta Dilma Rouseff, enquanto o salário mínimo oficial estava em R\$ 724,00 o salário mínimo necessário, de acordo com o Dieese para o mesmo período oscilou em torno de R\$ 2.900,00. Além disso, tal classificação

carece de rigor ao apresentar o atributo potencial de consumo – utilizado para comprovar supostamente a sustentabilidade da ascensão à condição de classe média representada pelo consumo de bens duráveis –, ignorando três elementos determinantes: o endividamento das famílias, o aumento do desgaste da força de trabalho para poder acessar tais valores de uso, o barateamento de vários desses produtos, antes bens suntuários, e que passaram à condição de bens de consumo necessário, alterando o elemento histórico-moral do valor da força de trabalho, embora sem que a remuneração recebida tenha acompanhado o aumento do valor da força de trabalho nesse seu componente (Luce, 2013: 171).

Esse tipo de classificação, além dos questionamentos já apresentados, também se baseia numa noção de classe social bastante inconsistente e reducionista, distribuindo os indivíduos em categorias hierárquicas com base unicamente na renda *per capita* e no acesso a bens de consumo duráveis. Enquanto isso, a disparidade entre o salário mínimo necessário e salário nominal em 2012 foi de 400% (Luce, 2013).

Com a crise, as elites estabeleceram suas prioridades de manutenção da dinâmica de priorização das *commodities*, especialmente no que se refere ao agronegócio e ao setor financeiro dos bancos. Estes setores ganharam cada vez mais expressão política no congresso nacional e, em 2014, ao passo que o setor da indústria de transformação, como o de tecnologia (com os postos de trabalho melhor remunerados e demandando maior nível de qualificação) entrou em franco declínio; o agronegócio e a indústria de extração manteve o crescimento (ainda que menor) (Silva, 2014).

Um dos efeitos desse cenário foi o desaparecimento de milhares de postos de trabalho com alto valor agregado (*Ibidem*), além do crescimento do desemprego e da informalidade. Apesar de aumentar o acesso à educação superior e à educação técnica e profissional, com a crise econômica e a própria dinâmica da economia brasileira, por focar em produtos de baixo valor agregado, acabou gerando um cenário de trabalhadores altamente qualificados que não tinham onde trabalhar.

As informações econômicas e as reflexões sobre as condições de vida em termos de renda e ocupação laboral apresentam um contexto, mas não são suficientes para entender o quanto esse contexto teve implicações na geração de afecções emocionais e morais que ganharam cunho político e repercutiram na adesão a pautas reacionárias. Embora os fatores econômicos possam dar o contexto da ação política, eles não



discutem as causas muitas vezes semi e infra-conscientes que levam os indivíduos à certa crença, ao sentimento e à ação.

## 2. Depois de acordado o gigante agiu racionalmente?

Uma leitura apressada desse cenário pode levar à percepção de certa irracionalidade na ação política de setores da classe média e também das classes populares que aderiram à agenda política da direita e declararam apoio e voto ao presidente eleito em 2018. Principalmente pelo fato de que Jair Bolsonaro do Partido social liberal (Psl) e sua equipe gestora defende uma agenda econômica de compromisso com pautas centrais do setor financeiro, além de pautas como a reforma da previdência e os significativos cortes orçamentários para os serviços públicos básicos.

A postura que defendo aqui é a de que o paradigma da racionalidade na ação política é insuficiente para entender a cena política contemporânea no Brasil. Assim, apresento brevemente uma aplicação desta visão sobre os acontecimentos em debate para então introduzir uma visão alternativa ao tema. Sob a ótica da racionalidade seria ilustrativo recorrer ao conceito de *estrutura de oportunidades políticas* de Tarrow (2004).

Numa leitura racionalista deve-se considerar que as pessoas e grupos racionais não atacam seus oponentes quando as oportunidades estão fechadas, mas quando um acesso, ainda que parcial ao poder lhes oferece tais incentivos. Nesse sentido, o que Avritzer identificou como rupturas no campo político da participação social, a crise do presidencialismo de coalizão, os conflitos entre movimentos sociais e governo federal e a emergência de grupos conservadores podem ser entendidos como *alterações nas estruturas de oportunidades políticas*.

É que no entendimento racional da ação política, as oportunidades são os principais incentivos para converter potencial político em ação. Além disso a ação política de certos grupos pode criar oportunidades para si próprios e também para demais grupos, inclusive adversários. Exemplo claro seria a maneira como os conservadores se apropriaram do movimento de manifestações de rua de junho de 2013, a despeito do propósito inicial que tinham os grupos de juventude da esquerda como protagonistas.

Por fim, os movimentos também podem criar oportunidades para as elites, seja dando margem para o recrudescimento da repressão, seja permitindo que oportunistas se aproveitem do descontentamento para se auto-proclamar representantes do povo. Aqui pode-se referir, inclusive, à participação dos militares na cena política e as alianças ainda turvas entre outros grupos conservadores.

Por acaso alguns grupos sociais se fazem “representantes do povo” apenas aproveitando momentos de abertura nas estruturas de oportunidades?

Ou criam oportunidades de assim o fazerem com alianças e articulações igualmente oportunistas?

De meu ponto de vista o paradigma da racionalidade deixa de fora a questão da legitimidade, em especial como as pessoas aderem a esta ou àquela agenda política. Noutras palavras deixa de fora elementos fundamentais como a dimensão simbólica das



emoções e da cultura. A importância de tais dimensões e a insuficiência da leitura racional se expressa na crise da legitimidade midiática em junho de 2013 (Avritzer, 2016), o que levou a um descrédito e pouco impacto eleitoral da grande mídia nas eleições de 2018, o que se reflete principalmente na ineficácia da estratégia do Psdb em fazer alianças que lhe garantisse maior tempo de televisão na campanha eleitoral.

Essa e outras “surpresas” pegam desprevenidos aqueles que analisam a ação dos grupos políticos com base unicamente em interesses racionais e aproveitamento de oportunidades. É necessário considerar a questão da *legitimidade da ação social*, da constituição de uma *fidelidade a um conjunto de valores políticos* e da maneira como certos grupos universalizam aspectos particulares de interesse, tornando-os gerais. Ou seja, *a disputa pelo sentido do bem comum*.

O abalo a certos consensos como a defesa do “Estado democrático de direito”, o questionamento à “laicidade do Estado e da educação pública”, e pautas como a defesa de um regime ditatorial e o revisionismo histórico sobre a ditadura empresarial-militar que vigorou no Brasil desde o golpe de 1964 até 1985, escapam aos limites de exigência de moralidade e racionalidade que geralmente balizam as confrontações entre agendas políticas hegemônicas no Brasil desde a década de 1990.

O consenso da democracia liberal estaria em crise no Brasil?

Ou a ampliação da participação política deu projeção a vozes até então excluídas, ou marginalizadas, como a de setores conservadores, de uma classe média ressentida e a de protestantes pentecostais e neopentecostais que se orientam por princípios construídos fora dos espaços de participação política democráticos convencionais?

Parece oportuno lembrar que

o que realmente está em jogo na fidelidade a instituições democráticas é a constituição de um conjunto de práticas que façam possível a criação de cidadãos democráticos. Essa não é uma questão de justificação racional, mas de disponibilidade de formas democráticas de individualidade e subjetividade. Ao privilegiar a racionalidade, (...) [deixa-se] de lado um elemento central, que é o papel crucial desempenhado por paixões e afetos na garantia da fidelidade a valores democráticos (Mouffe, 2006: 171).

Com isso, pode-se entender que mais do que oportunidades para que um agente racional predisposto e oportunista parta para ação, o tipo de ação deve ser considerado, bem como as condições objetivas e subjetivas para isso. Basta atentar para o caso do Brasil, onde o presidente eleito em 2018 abandonou os debates durante a campanha e apresentou um programa de governo sem qualquer fundamentação ou coerência técnica e intelectual, limitando-se a afirmações de cunho moralista e marcadamente ideológico.

Parece promissor considerar que a adesão e a crença em valores políticos tem a ver com o compartilhamento de um modo de viver e com um «compromisso apaixonado a um sistema de referência» (Wittgenstein, 1980: 85 apud Mouffe, 2006: 172). A maneira de se compartilhar esse modo de viver tem a ver com os diferentes espaços de socialização disponíveis. Nesse sentido é em decorrência de um *déficit* democrático em assegurar espaços de participação ativa das pessoas que se observa o avanço da politização por via das religiões e de expressões de assentimento ao autoritarismo.



Uma vez desprovidas de esferas públicas para o debate e para a participação políticas, as pessoas podem procurar formas de identificação que podem colocar em risco os próprios valores democráticos e os laços cívicos. Exemplo disso são movimentos xenofóbicos crescentes há uma década principalmente na Europa, e de nacionalismo conservador, como foi o mote da campanha eleitoral vitoriosa no Brasil em 2018.

Vale lembrar que a reunião por assembleia e a ocupação de espaços públicos para dar-lhes outros fins que não apenas os relativos ao consumo e à propriedade privada foram a tônica dos movimentos de esquerda que surgiram nas “jornadas” de junho de 2013. A pauta do direito à cidade, da participação política e da democracia para além do voto ecoam em movimentos como o Ocupe Estelita na cidade do Recife, herdeiro das movimentações de junho de 2013 e dos protestos contra a copa do mundo de 2014.

As crenças e as disposições para crer e agir sobre o mundo são geradas em diferentes espaços e situações de socialização que, a depender das configurações e do modo como o exercício do poder ocorre, poderá ou não gerar disposições democráticas. Isso significa que o descontentamento com o sistema político, a consternação ante a corrupção e o anseio por mudanças radicais não necessariamente implicam na defesa por valores democráticos ou minimamente progressistas.

Além disso, a ausência de espaços de efetiva participação política democrática não é sinônimo da ausência de espaços de exercício do poder e de engajamento político; o que ocorre é que eles podem existir, mas sem qualquer orientação democrática, ou nos termos dos consensos da democracia liberal no Brasil que vigorava desde a década de 1980 e que consolidou-se, do ponto de vista de garantias legais, na Constituição federal de 1988.

As redes sociais, por exemplo, podem ser espaço de socialização política virtual, onde visões de mundo podem ser construídas, compartilhadas e corroboradas. Santos (2014) analisa como grupos de disseminação de ódio e “oposição” reacionária ao governo de Dilma Rousseff se consolidaram e ampliaram seu alcance por meio das redes sociais. A “cartografia” feita por Marcelo Santos indica canais antipetistas estavam difusamente articulados em subgrupos: direitista, humorista, militarista, fontes de informação, anticorrupção e anticomunismo.

Estas subdivisões expressam também disputas simbólicas da construção de um discurso neoconservador. Some-se a isso o fato de que o acesso à Internet no Brasil ocorre majoritariamente pelo celular e com a finalidade de usar as redes sociais e trocar mensagens por aplicativos outros que não o e-mail. Foi o que mostrou, em 2016, a Pesquisa nacional de amostra a domicílio (Pnad) do Instituto brasileiro de geografia e estatística (Ibge).

Lembre-se que as redes sociais foram o ambiente para as chamadas e mobilizações para manifestações de rua não apenas da esquerda, como também da direita, tanto em 2013 quanto nos anos que se seguiram, em especial os atos contra o governo refletido na figura do Pt e os pró *impeachment* da presidente Dilma Rousseff. Lembre-se também que as estratégias de campanha eleitoral que levaram Jair Bolsonaro à presidência usaram como principal instrumento as redes sociais, como o *twitter* e os aplicativos de troca de mensagens como o WhatsApp.





### 3. O partido do Brasil

Como abordar então a forma eleitoral que assumiu essa ruptura com os consensos de três décadas de democracia no Brasil?

Vale lembrar que, de acordo com dados do Tribunal superior eleitoral (Tse), mais de 30% do eleitorado se absteve, votou nulo ou branco nas eleições de 2018. Isso equivale a pouco mais de 42 milhões de eleitores, ao passo que Jair Bolsonaro (Psl) e Fernando Haddad (Pt) receberam 57 e 47 milhões de votos respectivamente. Foi o maior percentual de votos nulos desde 1989.

Esse cenário reforça a visão de Maria Eduarda Rocha (2019) de que o governo Bolsonaro é reflexo da crise de hegemonia e não a solução dela. Além disso, é preciso abandonar «o ideal de uma sociedade democrática como a realização de perfeitas harmonia ou transparência» (Mouffe, 2006: 173) já que não é possível a auto atribuição de representação da totalidade por parte de um ator particular, nem a pretensão de controle absoluto.

Desse modo há uma dimensão de abertura da sociedade, sendo que a *indecibilidade e a contingência* são condições de possibilidade para que um grupo hegemonize as relações políticas, pois o jogo político prescinde de uma lei imanente ou de uma necessidade lógica (Laclau e Mouffe, 2004 apud Alves, 2010). As articulações hegemônicas demandam a instabilidade entre as fronteiras de forças que se antagonizam.

Seguindo esse raciocínio, define-se a articulação hegemônica como «a relação pela qual certa particularidade assume a representação de uma universalidade inteiramente incomensurável com a particularidade em questão» (Laclau e Mouffe, 2004: 13 apud Alves, 2010: 93).

No caso do Brasil, que particularidade seria essa expressa na ascensão de Jair Bolsonaro num cenário eleitoral com a maior abstenção, votos nulos e brancos desde a abertura democrática do país em 1985?

Para desenvolver melhor este questionamento pode-se partir do lema *Meu partido é o Brasil*, um dos principais lemas da campanha vitoriosa. Pode-se lembrar as considerações de Antonio Gramsci em seu livro, *Maquiavel, a política e o Estado moderno*, que discute a questão de «quando é possível dizer que existem as condições para que possa surgir e desenvolver-se uma vontade coletiva nacional-popular?» (1978: 7).

Fazendo uma releitura de Maquiavel, Gramsci entende o príncipe como *mito*, como representação das qualidades, traços característicos, deveres, necessidades de uma pessoa concreta. Um mito é uma «criação da fantasia concreta que atua sobre um povo disperso e pulverizado para despertar e organizar a sua vontade coletiva» (Ivi: 4) mais do que uma fria utopia ou raciocínio doutrinário.

Além disso, no que se refere ao moderno príncipe, ele remete mais a um organismo, um elemento complexo da sociedade do que a um indivíduo concreto, uma pessoa real. Trata-se, na verdade, do partido político, «a primeira célula na qual se aglomeram germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais» (Ivi: 6). Sua



tarefa é organizar e expressar ativamente a formação de uma vontade coletiva, propagandear e organizar uma reforma intelectual e moral. Ademais, é importante destacar que estas tarefas devem ser entendidas como estrutura de trabalho e não uma «fria e pedante exposição de argumentos» (*Ivi*: 9).

Com isso é possível pensar nos desdobramentos que culminaram numa articulação hegemônica conservadora no Brasil. Dando ênfase a pautas moralistas de defesa da família nos moldes tradicionais (nucleada por um casal heterossexual), por exemplo, os grupos reacionários assumiram a liderança moral e intelectual pelo compartilhamento de ideias e valores conservadores entre vários grupos sociais. O *mito* vinculado à figura do atual presidente é mais um reflexo desse movimento, do que a real constituição de um dirigente intelectual.

Não é possível identificar, no Brasil, um grupo coeso e predominante que tenha aplacado uma agenda unificada de reforma moral e intelectual e que atue como partido nos termos de Gramsci. Há, na verdade, diversos grupos na ala da direita que disputam os sentidos dessa reforma, mas com articulação precária e cada vez mais enfraquecida. A fragilidade desses arranjos ficaram bem evidentes nas querelas para composição dos ministérios, especialmente o ministério da educação (Mec).

Além disso, passados cem dias de governo, a obsessão pelo policiamento ideológico no que diz respeito à educação reflete um afã intenso em dar orientação moral e intelectual para que se siga uma cartilha de contestação: ao petismo, ao comunismo, a Paulo Freire; mas não há uma proposta sólida e convincente, pragmática, técnica. Isso tem gerado repercussões práticas desconcertantes como o atraso em executar boa parte do orçamento e a própria operacionalidade administrativa do Mec.

Assim, militares, evangélicos e demais setores vêm a articulação que resultou na eleição se esfacelar e cada vez mais setores da sociedade civil retomam o descontentamento e o descrédito com as instituições e com o governo federal. Mesmo a pauta da defesa de uma intervenção militar e o prestígio pelas forças armadas ficam comprometidos, principalmente pelo fato de que o vice-presidente é um general do exército e por ocorrências como a execução deliberada, com oitenta tiros de fuzil, contra um carro com uma família no Rio de Janeiro realizada por militares do exército.

Nesse sentido parece evidente que os grupos conservadores mantiveram-se fora da participação social no Brasil, inclusive, operando uma agenda paralela a dos conselhos nacionais de políticas públicas. Tal participação erigiu na forma de articulações pautadas pelo sentimento antissistema identificado ao antipetismo, a despeito de uma liderança moral e intelectual com agenda unificada. Observou-se, na verdade, uma intensificada disputa por novas articulações hegemônicas num tom cada vez mais agressivo desde 2013.

O apelo nacionalista de cunho conservador por trás da expressão “meu partido é o Brasil”, deve ser posto em perspectiva, inclusive considerando-se que não há possibilidade de fechamento ou conclusão dessa nova configuração que desponta. Mesmo entre os grupos de direita e de “extrema direita”, que, de longe, não representam a totalidade da sociedade brasileira, esse tal partido do Brasil não tem um sentido literal fechado, mas está em constante disputa.



Mais ainda, deve-se considerar que «o estabelecimento de uma nova hegemonia requer a criação de novas fronteiras políticas e não a sua desapareção» (Laclau e Mouffe 2004: 16 apud Alves 2010: 95). Por isso, parece sóbrio atentar para as contradições, incoerências e heterogeneidade desse processo. Não é possível pressupor que em resposta a este cenário haja uma intuição natural que leve a uma disposição crítica e reflexiva por parte da população em geral, muito menos que essa disposição seja orientada por valores democráticos.

Desse modo é importante considerar o fator da cultura e dos valores. Parece que predomina um sentimento antipartidário, de descrédito e desconfiança com a mídia e com instituições oficiais governamentais e não governamentais de divulgação da informação e organização política desde antes de junho de 2013, quando tornou-se mais evidente. Então onde e como as disposições para ação política, inclusive mobilizada nas ruas, emergem e são trabalhadas?

Longe de abarcar todos os aspectos da dimensão simbólica da ação política, no que diz respeito aos valores morais, às emoções e à religião, cabe abordar um aspecto que se destacou nas eleições: a religiosidade. Sabendo-se da centralidade evidente que a questão da participação social apresenta e assumindo a perspectiva de que a pluralidade de valores deve ser considerada, inclusive, com os elementos das paixões e afecções morais mais do que argumentações racionais, deve-se lembrar do processo de pluralização no âmbito da cultura.

Para Joanildo Burity (2008, 2016), no Brasil, essa pluralização acontece juntamente com a emergência de um campo das religiões que mina o monopólio católico-romano, apesar de manter, em termos quantitativos, um monopólio cristão. Sempre para Burity, desde a década de 1980, se observa um quadro de pluralização na articulação prática entre redes, cultura e religião em diferentes temas e campos de ação social. Por isso que o Autor trabalha na hipótese de que

houve efeitos do que no campo acadêmico se chama de “guinada cultural” no nível da dinâmica e das lutas sociais. Esse efeito tem a ver com a emergência da temática cultural como objeto de debate público e político e como elemento nucleador de formas de ação coletiva. Políticas de identidade, multiculturalismo, ações afirmativas, políticas da cultura, diversidade cultural e pluralismo, diversidade cultural e consumo (turismo, lazer, políticas culturais), novos movimentos sociais, ampliação da política, redes são algumas das referências que compõem o quadro de uma contemporaneidade da qual a religião é parte inseparável, independentemente da avaliação que fazamos disso (e há várias em disputa). (Burity, 2008: 88).

Por esse motivo a religião não deve ser tratada como apêndice da sociedade. Tal postura é mais a expressão de uma vontade de secularização do que uma *constatação empiricamente fundamentada* (expressão minha) sobre o que “de fato” ocorre.



#### 4. Deus acima de todos

Além disso, é necessário abrir mão da postura de demarcar normativamente se a religião deve ou não participar da política, sob parâmetros racionais ou morais. Mais vale entender como essa participação ocorre, percebendo suas diferentes modalidades, fontes e as distintas implicações. A diferença religiosa deve ser inscrita num «contexto mais amplo da conflitividade contemporânea, em que cultura e identidade se articulam com religião e republicanismo» (Burity, 2008: 93-94). Isso implica que a religião deve ser pensada como parte da emergência da dimensão cultural, tanto como objeto de análise, quanto de conflito e lutas sociais.

Já no processo de golpe/*impeachment* da presidenta Dilma Rousseff em 2016, boa parte da sociedade civil assistiu horrorizada às declarações de parlamentares que faziam diferentes usos de “Deus”, de “Povo”, e de “Nação” para justificar o voto favorável ao impedimento. Sem mencionar os odes a valores reacionários e autoritários, como a homenagem a torturadores da ditadura empresarial-militar.

O que parece evidente é que a dimensão religiosa, no âmbito das transformações políticas recentes, já vivia um desenvolvimento crescente e intenso no âmbito da vida cultural há décadas e, por conseguinte, na dimensão moral e intelectual no sentido de disposições cognitivas e de visão de mundo. Ao mesmo tempo em que o marco cristão é instância última de consenso na nova articulação hegemônica em construção ela ainda é, paradoxalmente, demasiado abstrata e geral em termos de um corpo doutrinário.

Isso, no entanto, no lugar de expressar uma incipiência ou dispersão inviabilizadora é, na verdade, o sintoma do teor prático dos valores e do modo de vida compartilhados amplamente em diferentes grupos da sociedade. É a expressão mais acentuada daquilo que se pode entender por uma tentativa de articulação hegemônica, mas que se limitou à eficácia eleitoral numa situação de crise de hegemonia. Isso porque não se trata de uma formulação intelectual privativa aos especialistas dirigentes, nem de um procedimento de convencimento racional em deliberações de representantes, mas de um sistema de referência que suscita a adesão apaixonada e vigilante de todos, estando em toda a extensão da vida social.

Nesse sentido é possível dizer que a “vontade coletiva” ou o horizonte de transformações almejadas (Burity, 2016), com claro apelo nacionalista conservador, foi respaldado num elemento que centraliza o sentido de “Nacional” e de “Povo” sob a ótica de um moralismo cristão. A expressão *Brasil acima de tudo e Deus acima de todos*, mais do que uma “bravata retórica e oportunista”, parece articulada à ação política e à construção prática de uma articulação hegemônica que já vinha sendo trabalhada na sociedade civil há décadas, ainda que de forma dispersa.

No entanto, embora tenha assegurado a vitória nas urnas, já no início do governo ela tem demonstrado seus limites. Apesar disso, é importante perceber que quase 90% da população brasileira é cristã, de modo que as disposições de crença e ação na esfera pública da sociedade civil brasileira está significativamente relacionado à religiosidade.

Lembre-se que o declarado apoio à candidatura de Jair Bolsonaro e o manifesto lançado pela Frente parlamentar evangélica em 24 de outubro de 2018 apresentava em



60 páginas uma análise de conjuntura e uma série de propostas práticas sobre temas como segurança pública, saúde, e “revolução” na educação. Não se trata de um texto de apelo doutrinário ou proselitista, mas de um projeto prático de sociedade.

Não à toa que veio do deputado Marco Feliciano, líder da Frente parlamentar evangélica, o pedido de *impeachment* do vice-presidente Hamilton Mourão, no intuito de expressar «defesa ao presidente Bolsonaro». Se as fissuras da articulação eleitoral começam a aparecer, também se evidencia que os evangélicos pentecostais hegemônicos manifestam sua disposição de engajamento para dar seguimento a um projeto político hegemônico, a despeito dos militares, afinal, “Deus acima de todos”. Além disso,

os pentecostais hegemônicos não podem tudo, porque enquanto religião pública não atuam num terreno vazio de outras pretensões de poder e não podem conter o potencial de contestação que sua “violação” da fronteira entre o religioso (tradicionalmente compreendido) e o secular suscita dentro e fora de seus domínios eclesiais. Também não podem tudo porque a revelação de sucessivos escândalos e a movimentação capilar e paralela de suas dissidências internas põem em perspectiva a pretensão dos atuais líderes de falarem “pelos evangélicos” ou de se alçarem sobre o mar de lama que desacredita e desqualifica praticamente toda a chamada classe política juntamente com a fina flor do grande empresariado (Burity, 2016: 42).

Isso significa que ao mesmo tempo em que a religião se politiza no espaço público, ela também se sujeita a transformações diversas e põe em debate os processos de disputa internos aos grupos religiosos, como os pentecostais. Por isso a socialização política e o exercício do poder devem ser postos em perspectiva, já que envolvem diferentes esferas da sociedade civil, não apenas aquelas que o pensamento secularista entende serem os mais adequados.

Aliás, por meio de uma sociologia disposicionalista, é possível operar pesquisas empíricas sobre o papel da socialização política na adesão, não apenas eleitoral a certas agendas. Ou melhor, como a ideologia opera à escala individual. É esse o indicativo para o qual confluem as reflexões esboçadas no presente trabalho.

Não é novidade a aplicação da sociologia disposicionalista, seja pelo viés mais bourdieusiano, seja pelo viés lahiriano (2004) à compreensão do Brasil contemporâneo. Trabalhos como *A ralé brasileira: quem é e como vive* (2009) e *Os batalhadores brasileiros. Nova classe média ou nova classe trabalhadora?* (2012) de Jessé de Souza; bem como as contribuições de Maria Eduarda Rocha (2019) sobre o discurso midiático e o consumo, já desenvolvem muito bem esse viés analítico. A proposta é a de tratar especificamente da socialização política por meio de espaços para o exercício do poder em formas mais ou menos democráticas, por meio dos conceitos das disposições.

Pode-se elencar três modalidades de socialização pelas quais as disposições se formam:

1) por treinamento ou prática direta, por meio de participações diretas em atividades recorrentes;

2) pelo resultado do efeito difuso da ordenação ou da organização de uma situação que atua silenciosamente, onde certos elementos de ordenação da vida cotidiana, por existirem, reafirmam continuamente pela prática e por dispositivos não discursivos certos aspectos da sociedade;



3) por inculcação ideológico-simbólica de crenças e hábitos nas maneiras de ver e de dizer o mundo, seja implicitamente, difundindo por impregnação e habituação, ou explicitamente, por recursos discursivos «didáticos» (Lahire, 2004: 335).

Esses processos ocorrem em diferentes ambientes, como a escola, a igreja, o trabalho. Desse modo, a questão do exercício do poder transpassa toda a vida e a formação social das personalidades dos indivíduos. A maneira como isso reflete na vida política nos convida à reflexão e à investigação. O peso da participação nos conselhos de políticas públicas tal como analisado por Avritzer (2016) e a participação política de organizações religiosas pentecostais tal como analisado por Burity (2008; 2016) permitem entender o papel da socialização nas disposições para adesão a valores democráticos ou antidemocráticos.

Não deve passar despercebido que o setor da educação tem despontado na mídia como o principal palco das disputas por hegemonia, mesmo àquelas de grupos internos ao próprio governo. De certa forma, a Frente parlamentar evangélica, emitindo manifestos com um programa de sociedade e defendendo projetos como o Escola sem partido, revela o ímpeto hegemônico de sua ação política.

O trabalho de articulação política por parte dos evangélicos, inclusive, vai além do proselitismo religioso e envolve Ongs que atuam em áreas da saúde, do combate à pobreza, na política de drogas e outras. A expressão e difusão de uma visão de mundo nos moldes dos grupos pentecostais hegemônicos vai além de materiais com uma doutrina cristã e estão na rádio e na televisão, para serem consumidos como música *gospel* em ritmos diversos, minisséries e telenovelas, por exemplo.

Por fim, vale lembrar que o advento de uma politização de grupos religiosos não é novidade, nem mesmo seu ímpeto em controlar setores como a educação, vide os debates entre grupos do Movimento escola nova, encabeçados por Fernando Azevedo e os católicos conservadores quando da elaboração da primeira *lei de diretrizes e bases da educação* na década de 1930.

O que nos cabe é dedicar olhar acurado para as dimensões da ação política sem as quais a torna-se precária a análise dos processos de disputa hegemônica, especialmente a questão da legitimidade: as emoções, as disposições e a cultura, sendo a religião elemento inseparável da cultura e da sociedade civil. Isso nos permite superar a mera contextualização “socioeconômica” dos cenários em que as disputas políticas ocorrem.

## 5. Considerações finais

No debate sociológico da cena política contemporânea no Brasil é importante entender que a questão da participação social tem se demonstrado elemento *sine qua non* para a consolidação de valores democráticos. Isso porque a identificação com formas democráticas de vida e a manutenção e atualização de laços cívicos depende de espaços onde os sujeitos podem participar ativamente.

Sem estes espaços tem-se um déficit democrático que dá margem ao surgimento de formas de identificação que põem em xeque a própria democracia. Além disso, é



importante considerar a pluralidade de valores correntes na sociedade e na esfera da política. Estes valores podem ser conflitantes e tensionarem antagonismos e disputas pelo sentido do bem comum, ou seja, pela construção de uma articulação hegemônica.

No entanto, o que torna possível a disputa e a própria consolidação de uma nova articulação hegemônica é precisamente a indecidibilidade e a contingência, ou seja, a abertura do social. Não é, pois, possível conceber uma hegemonia que encerre toda e qualquer tensão e desarmonias entre grupos sociais, que faça desaparecer as diferenças e as disputas. Isso por que as próprias identidades são relacionais e remetem ao caráter simbólico da sociedade, de modo que não é possível impor certa literalidade fechada a nenhum sentido sobre os eventos sociais.

Além disso, mais que o convencimento racional e mais que a sistematização doutrinária/intelectual, a liderança política se sustenta na adesão apaixonada a uma estrutura de trabalho e a valores relativos a um modo de vida. Assim, a ascensão da dimensão cultural na análise sociológica e nas mobilizações de lutas sociais deve levar em consideração a religião como elemento inseparável da vida social num contexto amplo.

Não há novidade em considerar a religião como parte inseparável da cultura e dos processos cotidianos de socialização, completamente vinculados a esferas como o trabalho e, tal como defendo, a política. Basta lembrar da contribuição de Max Weber no clássico *A ética protestante e o 'espírito' do capitalismo*. O que se sugere aqui é a abordagem dos processos semi e infra-conscientes de geração de disposições de crença, sentimento e ação política em relação a dimensões como a religião, por exemplo.

É nesse sentido que se propõe aplicar uma sociologia disposicional para tratar do papel da socialização na formação e atualização de disposições para crer, agir e sentir no que diz respeito ao exercício do poder e à legitimidade da dominação política. Assim, torna-se possível entender como a ideologia opera à escala individual, em configurações sociais específicas e por técnicas de manipulação e controle de outrem, como sugere Lahire (2004).

## Referências bibliográficas / References

- Alves A.A.C., *O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe*, «Lua Nova. Revista de Cultura e Política», 80, 2010, pp.71-96.
- Avritzer L., *Impasses a democracia no Brasil*, I ed., Civilização brasileira, Rio de Janeiro, 2016.
- Burity J., *Religião, cultura e espaço público: onde estamos na presente conjuntura?*, in Mezzomo F.A., Pátaro C.S.O., Hahn F.A. (orgs.), *Religião, cultura e espaço público*, Olho D'Água, Campo Mourão, Fecilcam, São Paulo, 2016.
- Burity J.A., *Religião, política e cultura*, «Tempo Social. Revista de Sociologia da Usp», 20(2), 2008, pp.83-113.
- Gramsci A., *Maquiavel, a política e o Estado moderno*, VI ed., Civilização brasileira, Rio de Janeiro, 1978.



- Laclau E., Mouffe C., *Hegemonía y estrategia socialista: hacia una radicalización de la democracia*, Fondo de cultura económica de Argentina, Buenos Aires, 2004.
- Lahire B., *Retratos sociológicos. Disposições e variações individuais*, Artmed, Porto Alegre, 2004.
- Luce M.S., *Brasil: nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora?*, «Trabalho Educação e Saúde», 11(1), 2013, pp.169-190.
- Mouffe C., *Por um modelo agonístico de democracia*, «Revista de Sociologia e Política», 25, 2006, pp.165-175.
- Rocha M.E., *Eleições Brasil 2018. Algumas notas crítico-analíticas*, «Visioni LatinoAmericane», 20, 2019, pp.138-142.
- Santos M.A., *Cartografia das redes da revolta: fluxos políticos de oposição radical no Facebook*, «Contemporânea», 24, 12(2), 2014, pp.106-120.
- Silva V.M., *Análise de conjuntura - nível de atividade*, «Boletim de Informações da Fundação do Instituto de Pesquisas Econômicas», 411, 2014, pp.3-7.
- Souza J., *A ralé brasileira: quem é e como vive*, Editora Ufmg, Belo Horizonte, 2009.
- Souza J., *Os batalhadores brasileiros. Nova classe média ou nova classe trabalhadora?*, Editora Ufmg, Belo Horizonte, 2012.
- Tarrow S., *Poder en movimiento: los movimientos sociales, la acción colectiva y la política*, Alianza Editorial, Madrid, 2004.
- Weber M., *A ética protestante e o 'espírito' do capitalismo*, Companhia das letras, São Paulo, 2004.

Recibido: 01/02/2019

Aceptado: 17/05/2019

